

História

Compromisso Ético-Político da Psicologia na Educação como expressão da perspectiva Histórico-Cultural*

School Psychology's Ethical-Political Commitment as an expression of cultural-historical perspective

Compromiso Ético-político de la Psicología en la Educación como expresión de la perspectiva histórico-cultural



Elenita de Ricio Tanamachi – UNESP-Bauru SP/LIEPPE-IPUSP

Esta conferência propõe o compromisso ético-político da Psicologia na Educação como expressão da Psicologia Histórico-Cultural e de sua referência teórico-metodológica, o Materialismo Histórico-Dialético, com o objetivo de superar as concepções que referendam a adaptação dos indivíduos ao contexto social, característica ainda hegemônica da Psicologia Escolar como conhecimento e como atividade prática. Para tanto, explicita de que compromisso ético-político, de que educação e de que psicologia escolar é possível tratar no contexto do Materialismo Histórico-Dialético e defende a emancipação como finalidade da Psicologia. Apresenta as implicações dessa concepção no contexto da educação, delimitando a intervenção do psicólogo em instituições educativas e quanto à queixa escolar. Conclui que, na perspectiva histórico-cultural, a Psicologia Escolar e/ou da Educação constituem a dimensão educativa da formação do psicólogo.

Para iniciar, proponho que se acompanhe uma análise sobre as manifestações desencadeadas recentemente no Brasil pelo movimento “Passe Livre”, publicada pelo profes-

sor Ivo Tonet, da Universidade Federal de Alagoas. Seu texto é extremamente esclarecedor quanto ao compromisso ético-político presente em tais manifestações. Dele extraí alguns trechos que põem o tema do congresso e da minha conferência em relação com a realidade brasileira do momento e que justificam a atualidade do referencial teórico-metodológico aqui proposto.

Falemos do compromisso ético-político nos movimentos sociais atuais, conforme o professor Ivo Tonet (2013). **

Como pano de fundo do que ocorre hoje no Brasil, numa retrospectiva histórica, o autor aponta a “vitória esmagadora do capital sobre o trabalho [...] com a consequente intensificação da exploração da classe trabalhadora e a perda de horizonte revolucionário (substituído pelo “aperfeiçoamento da atual ordem social” como horizonte mais presente) [...]”.

Isso explica por que, em vez de lutar “contra o capital e o Estado”, a classe trabalhadora e os movimentos sociais lutam “com o capital e o Estado” para a conquista de melhorias pontuais, nunca colocando em questão a “ordem social capitalista”. Coloca o autor:

“[...] As ideias de revolução, de socialismo, de superação de toda exploração e dominação do homem pelo homem, de construção de uma sociedade realmente igualitária foram substituídas pelas ideias de reforma, democracia, cidadania, universalização dos direitos, melhorias gradativas [...]”.

“[...] Este conjunto de circunstâncias gerou uma ideologia profundamente conservadora e individualista [...]”.

Resumindo, vivemos historicamente:

a “substituição de horizonte revolucionário por horizonte reformista”;

a “descrença na possibilidade de mudar o mundo na sua totalidade e o apego a reformas pontuais”;

a “sensação de impotência diante dos problemas sociais”;

a “ideia de que todas as lutas deveriam confluir para o Estado, ou para tomá-lo e, supostamente, colocá-lo a serviço das classes populares ou para arrancar dele melhorias pontuais”;

“O acento na ação individual e eleitoral em substituição à luta coletiva”; a identificação do socialismo com falta de “liberdades democrático-cidadãs”, “com ditadura”, “com partido único e todo-poderoso”, “com supressão de toda propriedade [...] sobrando apenas a busca do aperfeiçoamento da democracia e da cidadania [...]”.

Situando o caso brasileiro, o professor destaca a chegada do governo instituído na contemporaneidade ao poder, marcada pela aparente oposição aos interesses do capital. Isso gerou expectativa de mudanças substanciais e o pacto entre o capital e o trabalho como solução para os problemas sociais, mas nenhuma mudança estrutural ocorreu.

Temos assistido às privatizações (concessões, parcerias público-privadas, isenções fiscais, mercantilização de tudo, corte dos gastos públicos, privatização do serviço público, fortalecimento de interesses privados) e as políticas sociais compensatórias.

Na esfera política esse comportamento tipicamente burguês é marcado por alianças, corrupção, utilização de bens públicos para fins privados, manipulação das massas com fins eleitoreiros, criminalização das lutas sociais, favorecimento de grandes grupos empresariais. As consequências disto são o agravamento dos problemas sociais e a insatisfação descrédito em relação às instituições políticas, a despolitização, a alienação e o apassivamento, a confusão ideológica e política, a percepção da enorme desigualdade social, o aumento da inflação, a deterioração do serviço público e gastos com a construção e a reforma de estádios de futebol, impostos abusivos x o que é recebido em troca: a violência... Diante deste contexto, explode insatisfação de toda a população e de inúmeros setores.

Enfim, o aumento do transporte foi a gota d’água.

Mas, atenção! De acordo com o professor Ivo “a falta [...] de esclarecimento acerca das causas mais profundas dos problemas sociais pode facilmente tornar essas massas presa de grupos reacionários e/ou de indivíduos “salvadores””. A ausência da “classe operária” organizada nesse movimento, porque atrelada “ao Estado [...] enfraquece as lutas surgidas nas organizações partidárias e nos movimentos sociais”.

“Tudo isso contribui para iludir as massas, fazendo-as acreditar que a resolução dos problemas sociais centra-se em questões éticas contra a corrupção, contra a malversação de recursos públicos; em questões administrativas, como melhorar os gastos dos recursos públicos e diminuir os impostos; questões políticas baseadas na ideia de reforma política para conquistar o Estado e/ou reformas realizadas pelo Estado [...]”.

As questões ético-políticas, se assim colocadas, admitem soluções circunstanciais, somente encontradas no contexto do capitalismo, mas a resolução desses problemas, cuja essência explica/extrapolava o âmbito difuso que assumem nesse contexto, porque entendidos como problemas universais, “só pode ser encontrada com a superação radical do capitalismo e a construção de uma sociedade socialista.”; e nesse caso, é a classe trabalhadora que continua sendo o sujeito fundamental das transformações almejadas, mas para isso é preciso que ela esteja organizada política e ideologicamente contra o capital e contra o Estado.

Aqui a discussão sobre o compromisso ético-político atualiza a concepção materialista histórico-dialética que encontrei no Dicionário do Pensamento Marxista sobre o tema, sem descaracterizá-lo (sem pós-modernizá-lo!!!). **

Sobre o verbete ética na perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético, no referido dicionário, encontramos em síntese o que se segue.

A moral própria à economia capitalista não garante a emancipação, uma vez que essa forma de organização produz:

“a exploração do homem pelo homem”;

“a reificação das relações sociais entre os seres humanos como relações entre coisas”;

“a destruição dos pressupostos vivos de toda a produção (a natureza e a humanidade)”.

Nesse caso, a moral admite apenas questões ético-administrativas e/ou políticas próprias às circunstâncias, de que são exemplos as bandeiras levantadas contra a corrupção e a malversação de recursos públicos, por menos impostos, pela conquista do Estado (para ser mais representativo) e por reformas políticas. Essa moral é subjetiva, genérica/geral: uma moral de aparência.

O dicionário vai a Marx para afirmar que o socialismo proposto pelo autor “não se baseia numa exigência moral subjetiva, mas em uma teoria da história”. A sociedade capitalista da época de Marx (e nem mesmo a de hoje) não pode

ser a meta final da história, pelas consequências que produz. Então a moral subjetiva é impotente (insuficiente) para dar conta dessa meta. O resultado da evolução histórica deve ser a emancipação da humanidade, do proletariado.

Para Marx (1989), no socialismo a moralidade não se faz necessária porque os interesses privados e os interesses gerais da humanidade devem coincidir. “Se o homem é formado pelas circunstâncias, estas devem ser formadas humanamente”.

Para Engels, trata-se de processo progressivo, pois “a moral do proletariado vitorioso acabará por se tornar a moral universal da humanidade”.

Assim, “As transformações da teoria ética marxista estão relacionadas com transformações na teoria da história e nas próprias circunstâncias históricas”, portanto não são normas próprias à economia capitalista (superam-nas no sentido da emancipação das condições nesse caso impostas aos indivíduos).

A tese aqui é que a sociedade comunista é moralmente superior à existente, e isso põe a questão da relação entre os meios e os fins no contexto da ética (a justificação do mal como meio inevitável para a realização do progresso não procede). “Há meios que são, por princípio, inadequados para a consecução de um objetivo moral”; são inadequados a uma sociedade de indivíduos emancipados. O socialismo utópico, cristão, e os movimentos contemporâneos como esses analisados por Ivo Tonet podem ser revolucionários apenas em um ou outro aspecto (político, mas não social).

No campo da política, a defesa de Marx e Engels é pela revolução acompanhada de transformação social, o que não ocorre em nenhum desses casos - seja nos socialismos reais seja no dos movimentos contemporâneos.

A revolução política tem que ser acompanhada de transformação social. Não basta denunciar/criticar a realidade, é preciso transformá-la. É preciso explicar/entender a corrupção, os altos impostos, enfim todas as bandeiras genéricas, a aparência que é suficiente para a moral subjetiva. Ir à essência dos fenômenos exige instrumentos teóricos dos quais os indivíduos foram expropriados em sua formação.

É esse compromisso ético-político (delimitado nas especificidades do conhecimento em questão) que buscamos ao propor a atividade do psicólogo escolar como expressão da Psicologia Histórico-Cultural.

Visando à concretização desse compromisso ético-político na atividade teórico-prática do psicólogo na Educação, vou defender aqui a tese que orienta e organiza o trabalho de nosso grupo de estudos do LIEPPE, sediado no IPUSP.

A tese “propõe que o método Materialista Histórico Dialético é o diferencial da teoria Histórico-Cultural porque permite explicar a realidade e as possibilidades concretamente existentes para a sua transformação, desde que a finalidade seja a superação daquelas condições ou circunstâncias particulares de objetivação/apropriação alienada no sentido da humanização, ou seja, no sentido da constituição da socialidade dos indivíduos”. ***

Por socialidade aqui se entende a constituição da condição universal nos indivíduos singulares, como marca do processo de humanização ou apropriação. por indivíduos singulares. daquilo que o gênero humano elaborou, tendo a relação indivíduo-sociedade como mediadora.

Com essa tese, defende-se que, no caso da Psicologia Histórico-Social, o compromisso ético-político se expressa por meio do método materialista histórico-dialético, porque a epistemologia materialista histórico-dialética veicula uma visão de homem e de sociedade numa concepção ética: uma visão gestada no marco de uma nova sociedade para analisar/explicar/transformar a atual. Tal visão implica a construção de uma ordem social que assegure a todos os homens um presente e um futuro dignos e exige compromisso pessoal e com a construção de um conhecimento científico capaz de permitir que o homem se objetive de forma social e consciente.

Essa é a referência teórico-metodológica dos autores da Psicologia Histórico-Cultural (Luria, Leontiev e Vigotski), por inúmeras razões considerada como inadequada, ultrapassada e até mesmo ideológica - enfim, não compreendida na atualidade.

Atenção: “É usual ouvirmos que o materialismo histórico-dialético é uma concepção tão ideológica quanto qualquer outra concepção científica; no entanto, o conceito de ideologia usado nessa desqualificação do marxismo refere-se a um conceito de senso comum, desconsiderando, na perspectiva de Marx, que o pensamento ideológico é aquele que visa dissimular a dominação de uma classe sobre a outra por meio do ocultamento de uma situação particular conferindo-lhe aparência de universal”.

Terminada essa longa mas necessária introdução, proponho as categorias do método materialista histórico-dialético que têm implicações imediatas para a Psicologia Histórico-Cultural, enfocando as proposições de Vigotski para transformar o método de Marx em “O Capital” que falta à psicologia. Finalmente, destaco a investigação/intervenção do psicólogo escolar como expressão dessa perspectiva.

Vamos às categorias do método materialista histórico-dialético que garantem à Psicologia Histórico-Cultural o compromisso ético-político com a emancipação naqueles aspectos que lhe são específicos como ciência. ***

Para Marx, conforme Betty Oliveira (2005), a referência sobre o humano no homem não está na essência divina ou subjetiva, nem na essência biológica ou no meio/na experiência (na relação indivíduo-sociedade), mas está no trabalho como intercâmbio homem/natureza.

O trabalho, enquanto atividade mediadora do processo de humanização e como primado ontológico para compreender a humanização é uma categoria importante do método materialista histórico-dialético porque aponta para a superação de sua condição como atividade produtora de mais-valia no contexto da economia capitalista.

É na execução do trabalho como atividade principal que o homem toma para si os bens elaborados pelo conjunto dos homens (gênero humano) e os fenômenos da natureza, fazendo deles órgãos de sua individualidade. Desse modo,

desenvolve a consciência humana e participa do desenvolvimento/transformação do ser da realidade e objetiva-se como ser humano (universal); e como a alienação é a característica constitutiva do trabalho na economia capitalista, então a emancipação almejada depende da superação dessa condição (alienada) em todos os níveis de relação com o trabalho (na relação com a execução, com o seu produto, com o conjunto de atividades/gênero e na relação entre os homens).

O caráter material da existência é também importante, pois permite afirmar o modo de produção da existência como elemento explicativo e constitutivo do processo de humanização, já que para essa concepção, são as relações de produção que, na economia capitalista, determinam o conteúdo e a forma da relação entre os homens, determinam a “consciência dos homens”, o seu ser.

O caráter histórico do desenvolvimento humano configura-se como outra categoria da concepção marxiana que orienta a Psicologia Histórico-Cultural, pois se as mudanças históricas da sociedade e da vida material produzem mudanças na consciência e no comportamento humano, então a historicidade é dimensão essencial da formação do psiquismo humano, conforme entende Marta Shuar, (1990).

Como se pode observar, o trabalho, o caráter material da existência humana e a historicidade são categorias ontológicas para a compreensão do processo de humanização na perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético; porém essas categorias só podem ser assim compreendidas por meio da lógica dialética, a lógica de conhecimento e de explicação da realidade peculiar a essa perspectiva e à Psicologia Histórico-Cultural.

O processo de conhecimento sobre a realidade permite reconhecer o movimento e as contradições nas relações entre os homens e suas formas de organização. Para Vigotski (1996), “é a ciência em geral, universal ao máximo”.

A lógica dialética materialista e histórica pressupõe as leis da realidade transformadas em leis do pensamento por meio das categorias universalidade e mediação, e as leis da contradição, da negação da negação e da transformação da quantidade em qualidade. Desse modo, as leis do pensamento são formas psíquicas do reflexo da realidade, são a apropriação do real pelo pensamento e sua transformação em ideal no psiquismo humano mediado pelas significações socialmente compartilhadas.

Para a lógica dialética, o processo de conhecimento ocorre por meio de dois movimentos: do real concreto ao abstrato, por meio de conceitos, categorias e relações gerais, e do abstrato ao concreto no pensamento como uma “[...] rica totalidade de determinações e relações diversas” (Marx, 1989).

A lógica dialética pressupõe a relação singular-particular-universal em qualquer dimensão da produção humana (Oliveira, 2005). Como pressuposto da lógica dialética, essa relação do singular-particular-universal permite entender a realidade como uma condição particular, mediadora entre as condições singulares e universais de humanização. Aqui é possível pensar na superação da condição atual de humanização que ocorre por meio da alienação.

No caso da constituição do gênero humano, “o singular é entendido como o indivíduo que, para se emancipar, precisa relacionar-se com os bens materiais e intelectuais produzidos pelo conjunto dos homens”; “O universal é o gênero humano que, quando objetivado e apropriado pelos homens individualmente, constitui-se como a meta máxima de humanização. Esta é a condição ineliminável, a possibilidade de emancipação pela apropriação da produção humana e não pela condição de submissão às circunstâncias de exploração do homem pelo homem”, e “O particular é o elemento mediador, a sociedade, as circunstâncias por meio das quais os indivíduos singulares relacionam-se com o gênero. São as condições instituídas historicamente que dão a forma e o conteúdo a partir dos quais o indivíduo relaciona-se com o gênero humano. O particular não representa o gênero humano, dele apenas mantém a parte necessária para validar o movimento de exploração. Mas, devido ao processo de alienação, é tomado como sendo o gênero, a categoria geral. Na sociedade de classes, o particular é alienante e alienador. A emancipação é entendida como emancipação meramente política, a liberdade é a de mercado e a adaptação é o princípio fundamental nas condições particulares”.

A alienação é a condição de todos os indivíduos no modo de produção capitalista.

No contexto do conhecimento, essa relação dialética do singular-particular-universal requer atenção às dimensões ontológica (condições históricas e universais de constituição da atividade humana), gnosiológica e epistemológica (teorias que explicam, respectivamente, a origem do conhecimento em geral e do conhecimento científico) e lógica (como se desenvolve o pensamento).

A atenção a essas dimensões do conhecimento e o movimento expresso pela relação dialética do singular-particular-universal permitiram aos psicólogos russos propor a Psicologia Histórico-Cultural com a finalidade de superar as teorias psicológicas hegemônicas de sua época.

Vejamos algumas proposições de Vigotski para transformar o método de Marx em “O Capital” que falta à Psicologia. ***

Uma das grandes contribuições de Vigotski para a Psicologia foi a apropriação do Materialismo Histórico-Dialético como mediação para a formulação da Psicologia Histórico-Cultural sem desconsiderar que o sistema categorial e o caráter do conhecimento na filosofia e na psicologia são diferentes.

O autor defende a tese de que falta à Psicologia o seu “Capital”, uma teoria geral que, ao dialogar com as diferentes concepções, permita compreendê-las como mediadoras entre o saber da Psicologia e o conhecimento em suas dimensões ontológica, gnosiológica, epistemológica e lógica, buscando a explicação do real de forma objetiva.

“O método Materialista Histórico-Dialético leva o autor a explicar que as mudanças ocorridas no contexto das várias psicologias encerram-se no âmbito da teoria, respondendo apenas à dimensão epistemológica. É isso que faz abordagens, na aparência diferente, terem finalidades semelhantes, já que sua lógica de desenvolvimento é sempre a mesma – a

lógica formal, por meio da qual a psicologia separa-se das demais áreas do conhecimento. Além disso, tais teorias não consideram a sociedade como uma mediação, como uma particularidade, mas sim como a meta máxima de constituição do indivíduo. Nesse caso, seu objetivo é a adaptação dos indivíduos às circunstâncias atuais, e não a transformação de ambos para superar a condição alienada que caracteriza o trabalho na sociedade de classes”.

“[...] Vigotski trouxe para a realidade da psicologia a relação do indivíduo singular com o gênero humano, mediada pelas condições particulares, o que lhe faz explicar a história de constituição da psicologia, explicitando elementos importantes para a superação de sua condição como conhecimento parcial, expresso nas teorias psicológicas, na direção de sua constituição como teoria geral”. Aqui a relação singular-particular-universal tem, nas várias teorias psicológicas já constituídas, os elementos mediadores entre o conhecimento em geral e a Psicologia Geral como o “Capital” da Psicologia.

Tal investigação tem a finalidade de explicar como a Psicologia constitui-se no momento atual, propondo elementos que tornam possível entender em que ela deve se constituir para responder ao seu lugar no processo de humanização dos indivíduos.

Para dar conta dessa tarefa, o autor propõe alguns princípios necessários à investigação das funções psicológicas superiores. Um deles é a análise de processos psicológicos, e não apenas de produtos do desenvolvimento psicológico (tomados como objetos ou situações isoladas). É preciso investigar e compreender como determinado fenômeno se desenvolve na história social dos indivíduos.

Outro princípio refere-se à explicação dos fenômenos para superar a mera descrição e compreender os fenômenos em sua essência (buscando sua gênese e as bases dinâmico-causais).

A investigação do “comportamento fossilizado” é outro princípio proposto por Vigotski para buscar aqueles comportamentos que, por terem perdido sua origem e aparência externa e por terem sido automatizados, não revelam a sua natureza interna, dando a impressão de comportamentos naturais. Levantar a história, a gênese desses comportamentos permite entender seu processo de transformação.

Esses princípios que constituem o projeto de Psicologia do autor tornaram possível:

- redefinir seu objeto de estudo: a Psicologia é a ciência que estuda como o mundo objetivo (da arte, dos instrumentos de trabalho e da indústria) medeia a constituição dos indivíduos (Shure, 1990); ou seja, o objeto da Psicologia é o desenvolvimento histórico do psiquismo humano; e isso só foi possível graças à ênfase no caráter mediatizado do psiquismo humano proposto pelo autor;

- entender o psiquismo como reflexo psíquico da realidade;

- delimitar as unidades de análise do psiquismo visando às unidades mínimas que conservam as propriedades do todo complexo;

- explicitar o método genético experimental para chegar à gênese da constituição das funções estudadas;

- entender o conceito de Zona de Desenvolvimento Próximo;

- entender a atividade psicológica mediada como a base do movimento de apropriação da realidade objetiva, sendo essa atividade mediada a unidade de construção da consciência.

“A importância atribuída pelo autor à atividade mediada na constituição do psiquismo humano resgata a essência do método materialista histórico-dialético ao trazer a sociedade como condição ineliminável de constituição do homem como ser genérico”.

“Ao considerar a historicidade e a totalidade no estudo da constituição e do desenvolvimento humano, a obra de Vigotski é a manifestação do método Materialista Histórico Dialético na Psicologia e, ao mesmo tempo, é a produção teórica que expressa a compreensão da constituição e desenvolvimento do homem como ser social (universal) e não como indivíduo alienado”, fruto das circunstâncias atuais e a ela submetido.

Esse é o compromisso ético-político do Materialismo Histórico-Dialético, agora expresso como conteúdo da Psicologia.

Resta-nos explicitar/explicar o contexto de intervenção do psicólogo na Educação como expressão dos princípios e categorias do método materialista histórico-dialético, transformado em conteúdo da Psicologia Escolar, enfocando as respostas possíveis quanto às demandas da Educação. ****

O referencial da Psicologia Histórico-Cultural até aqui proposto permite-nos explicitar espaços muito bem delimitados para a psicologia e para a educação no contexto da formação histórico-cultural dos indivíduos. Há uma afirmação de Rubinstein, resgatada por Davidov (1988), segundo a qual o objeto da psicologia é constituído pelas leis do desenvolvimento do psiquismo e o processo pedagógico é sua condição.

O objeto da pedagogia é constituído pelas leis específicas da educação, do ensino. As propriedades psíquicas nos diferentes níveis de desenvolvimento são condições a serem consideradas: “O que para uma destas ciências é objeto, para a outra atua como condição”.

Qual tem sido a postura do psicólogo em contextos de escolarização?

Historicamente, o psicólogo faz a Psicologia acontecer na escola, ou o que é tão inadequado quanto, e defende a desescolarização. Atua como se fosse possível substituir o foco da ação do professor pelo objeto da Psicologia. Desse modo, a Psicologia tem justificado espaços corporativos ao psicólogo na Educação, muitas vezes denominados de Psicologia Escolar (diante da pergunta “por que o aluno não aprende?”, ele posiciona-se como um “resolvedor de problema” e valida/justifica/atualiza o *status quo* da Educação e da própria Psicologia como ciência).

Nosso desafio aqui é romper com essa realidade de trabalho, propondo encaminhamentos que permitam estruturar/explicitar a psicologia como uma condição que preci-

sa ser considerada pelo professor (um conhecimento a ser apropriado pelo professor - lembrando que não se trata de qualquer concepção de Psicologia, nem de Educação).

Para a perspectiva Histórico-Cultural

A psicologia é a ciência que se propõe a explicar como, a partir do mundo objetivo, constrói-se o mundo subjetivo do indivíduo - portanto os processos de subjetivação/objetivação/apropriação do mundo social dos indivíduos são o objeto da psicologia e o espaço de mediação na atividade do psicólogo.

A aprendizagem escolar é a principal atividade para garantir o processo de humanização dos indivíduos, porque possibilita e movimenta o processo de desenvolvimento do pensamento, tendo a linguagem, a consciência e as emoções como mediadoras dessa ação.

O objeto de estudo/intervenção da psicologia na educação é o modo como a aprendizagem é determinada pela educação e pela descoberta das leis psicológicas que regem esse processo.

A atividade do psicólogo consiste em mediar a análise e a descrição da relação entre o processo de produção das demandas escolares e/ou educativas e os processos de subjetivação/objetivação dos indivíduos nelas envolvidos. O psicólogo é o mediador no processo de compreensão e elaboração das condições necessárias para a superação da queixa/demanda, mediação necessária à superação das histórias de fracasso e/ou sucesso.

A queixa/demanda é entendida como síntese de múltiplas determinações, portanto, a superação das condições nas quais se apresentam depende de uma ação comprometida e consciente de todos os envolvidos, mediada pelo psicólogo.

É preciso compreender que a demanda é uma representação isenta de análise; portanto cabe propor o resgate da essência do que foi apresentado como demanda por meio da investigação/explicação/ação conjunta.

A avaliação e a intervenção não podem se pautar por métodos que visem encontrar nos indivíduos ou em aspectos particulares a explicação para as demandas.

É a historicidade dos fatos apresentados como demanda que deve ser investigada.

Devem-se buscar conjuntamente as ações, os acontecimentos, as concepções que produziram a demanda e motivaram o seu encaminhamento. Muda-se a pergunta! A pergunta "por quê?" imobiliza, paralisa o processo no primeiro motivo. Deve-se perguntar sobre as condições, sobre as circunstâncias, para levantar todos os determinantes; as circunstâncias delimitam a história e a movem na direção das ações necessárias.

A avaliação tem caráter investigativo, e não classificatório. Ela faz o resgate histórico das condições concretas que levaram à existência da demanda.

O desafio da intervenção é identificar as possibilidades concretamente existentes para a superação das condições que levaram à existência da demanda.

O psicólogo deve transformar em avaliação/intervenção o que os indivíduos envolvidos gostam/sabem/querem/precisam fazer. Não deve exigir que as pessoas façam aquilo que ele (psicólogo) determina *a priori*, em função do que já sabe.

Com as crianças, o psicólogo observa nas atividades quais aspectos estão relacionados com a investigação e que elementos revelam o potencial de aprendizagem quando colocadas diante de situações-problema, de desafios.

Com as famílias/escolas, o psicólogo investiga as concepções/hipóteses sobre a demanda: o que fazem para superá-las e as expectativas; avalia e mobiliza os significados, as objetivações, os sentidos atribuídos ou a serem atribuídos.

Os professores apropriam-se do saber psicológico que hegemonicamente está presente em sua formação e na formação do psicólogo para compreender como é que, historicamente, esse saber foi sendo organizado para justificar o *status quo* da Psicologia e da Educação, por meio da ênfase em aspectos particulares dos indivíduos, das famílias ou do meio social, os quais admitem a pergunta "por quê?" e apontam para a ausência de compromisso da Psicologia com a condição multideterminada das circunstâncias nas quais os indivíduos se humanizam.

Também é fundamental no trabalho com o professor o acesso a fundamentos teórico-metodológicos que orientem um novo modo de pensar os processos de aprendizagem e de escolarização, tendo como consequência a possibilidade de concretizar novas condições de ensino (a culpabilização de indivíduos ou situações isoladas paralisa, não transforma o processo de ensinar e de aprender). O professor precisa compreender esses processos para reorientar suas estratégias.

Enfim, é preciso trabalhar com a apropriação de conhecimentos necessários à delimitação do lugar do educador como mediador entre os conteúdos escolares e o processo de aprendizagem dos alunos, à explicitação da condição de liberdade/autonomia do professor e do aluno, à seleção de conteúdos e métodos e à compreensão da relação entre desenvolvimento e aprendizagem.

Em destaque, vejamos como algumas dessas questões teóricas da Psicologia e da Educação se expressam na prática concreta da escola.

-- No que tange à lógica dialética do Materialismo Histórico, o compromisso atribuído à psicologia de explicar aquilo que o homem é e aquilo em que ele pode vir a se constituir mediado pela educação escolar faz entender a urgência de aliar a competência técnico-pedagógica e o compromisso político com a transformação da realidade.

-- A compreensão da diferença entre a visão empírica e a visão concreta do aluno, acompanhada da constatação de que o aprendizado não é imediato depende da constituição das funções psicológicas superiores e da transformação de suas estruturas para ocorrer, como também de ações que respondam tanto às necessidades do aluno e do professor quanto dessas necessidades aliadas à formação da cons-

ciência para garantir os motivos compatíveis com a apropriação do saber que eleva a condição humana de ambos.

-- Trazida para a atividade do psicólogo e do professor, a relação entre o singular, o particular e o universal no contexto do Materialismo Histórico-Dialético e da Psicologia Histórico-Cultural faz superar a mera reflexão sobre os procedimentos e a prática imediata, ou um posicionamento meramente político diante da realidade (o que tem caracterizado muitas formas tradicionais de ação) e leva à apropriação de um determinado conhecimento como mediador entre a ação de professores, psicólogos e demais participantes do trabalho (suas finalidades enquanto profissionais) e o modo de pensar sobre essa ação (suas finalidades enquanto indivíduos), e assim permite transformar o conteúdo e a forma de pensar sobre a realidade da psicologia e da educação.

É importante lembrar que a alienação ainda é a forma particular por meio da qual ocorre o nosso processo de humanização, e que, por isso mesmo, nossas ações não podem ser entendidas como o fim, mas como uma parte do processo de intervenção. É preciso saber que a qualquer momento o trabalho pode ser interrompido. Neste caso, é preciso considerar a realidade alienada e as possibilidades de criação de uma nova realidade, para superarmos os modelos teórico-práticos tradicionais ainda presentes na atuação/formação do psicólogo e do professor.

Não se trata da defesa de qualquer teoria e nem de qualquer método. A realidade atual exige que o conhecimento sobre o homem considere as dimensões das quais esse saber é expressão (desde a filosofia, até a ciência em geral e suas especificidades). Sem atentar para essas dimensões do conhecimento, justificamos a realidade.

No espaço da Psicologia na Educação, que na sua especificidade temos chamado de Psicologia Escolar, o compromisso ético-político aqui assumido põe uma finalidade comum à atividade de educadores e psicólogos: a de favorecer os processos de humanização e a apropriação da capacidade do pensamento crítico, pela via da educação da consciência do psicólogo (dimensão educativa de sua formação) e da consciência do professor/educador (dimensão psicológica de sua formação).

Poderíamos, então, concluir que o que se constitui como objeto da Filosofia e suas finalidades (o “porquê” e o “para quê” do processo de humanização dos indivíduos, as possibilidades concretamente existentes de constituição da condição universal nos indivíduos singulares como a marca do processo de humanização); e da Psicologia, a explicação de como a aprendizagem e o desenvolvimento permitem aos indivíduos, por meio da atividade educativa, tomar o controle consciente da realidade;

É uma condição para que a educação escolar possa dar conta de seu objeto a efetivação do ensino/aprendizagem, por meio de recursos pedagógicos concretamente organizados pelo professor.

Destarte, as dimensões educativa e psicológica devem estar presentes na formação do professor e do psicólogo, pois ambas estão presentes no processo de humanização. A Psicologia Escolar não pode ser uma especialidade do

psicólogo. Na perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético e da Psicologia Histórico-Cultural, a Psicologia Escolar precisa ser transformada em dimensão educativa da Psicologia.

Para terminar, proponho a Psicologia Escolar como a dimensão educativa da Psicologia e o método materialista histórico-dialético como a garantia de que a emancipação de alunos, de professores e do próprio psicólogo, nas circunstâncias atuais, é a dimensão ético-política entendida como finalidade expressa da Psicologia Histórico-Cultural. Trazida para a atividade do psicólogo e assumida como conhecimento da Psicologia, a perspectiva materialista histórico-dialética transforma o conteúdo e a forma de pensar sobre a realidade da Psicologia e da Educação, no sentido da constituição da atividade consciente de todos os participantes desse processo. Defendo, então, que a humanização seja o compromisso ético-político da Psicologia e da Educação.

Notas

*Transcrição da conferência de encerramento do XI Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional, ocorrido em agosto de 2013, em Uberlândia, MG.

**As ideias aqui apresentadas são de autoria dos textos citados nas referências bibliográficas.

***O conteúdo apresentado nos itens assim assinalados encontra-se no texto “Teoria, método e pesquisa na psicologia histórico-cultural”, citado nas referências bibliográficas.

****O conteúdo apresentado nessa parte da conferência encontra-se nos textos “A mediação da psicologia histórico-cultural na atividade de professores e do psicólogo” e “A atuação do psicólogo como expressão do pensamento crítico em psicologia e educação”, ambos citados nas referências bibliográficas.

Referências bibliográficas

- Bottomore, T. (2001). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Davidov, V. (1988). *La enseñanza escolar y el desarrollo psíquico: investigación teórica y experimental*. Moscú: Editorial Progreso.
- Marx, K. (1989). O método da economia política. Em F. Fernandes (Org.), *Marx e Engels: História* (pp. 409-417). São Paulo: Ática.
- Oliveira, B. (2005). A dialética do singular-particular-universal. Em A. A. Abrantes, N. R. da Silva & S. T. F. Martins (Orgs.), *Método histórico-social na psicologia social* (pp. 25-51). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Shuare, M. (1990). *La psicología soviética tal como yolaveo*. Moscú: Editorial Progreso.

- Tanamachi, E. de R., & Meira, M. E. M. (2003). A atuação do psicólogo como expressão do pensamento crítico em psicologia e educação. Em M. E. M. Meira & M. A. M. Antunes (Orgs.), *Psicologia Escolar: práticas críticas* (pp. 11-62). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Tanamachi, E. de R. (2006). A mediação da psicologia histórico-cultural na atividade de professores e do psicólogo. Em S. G. de L. Mendonça & S. Miller (Orgs), *Vigotski e a escola atual: fundamentos teóricos e implicações pedagógicas* (pp. 65-84). Araraquara, SP: Junqueira & Marin.
- Tanamachi, E. de R., Asbahr, F. da S. F., & Bernardes, M. E. M. (no prelo). Teoria, método e pesquisa na psicologia histórico-cultural. Em M. P. R. de Souza, G. A. Beatón & T. Brasileiro (Orgs.), *Interfaces Brasil-Cuba em estudos sobre a psicologia histórico-cultural*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Tonet, I. (2013). *Sobre as atuais manifestações*. Maceió (Universidade Federal de Alagoas). Recuperado: 01 mar 2014. Disponível: <http://www.ivotonet.xpg.com.br>.
- Vigotski, L. S. (1996). O significado histórico da crise da psicologia. Em L. S. Vigotski, *Teoria e método em psicologia* (pp. 203-417). São Paulo: Martins Fontes,

Recebido em: 20/02/2014

Aprovado em: 30/03/2014

Sobre a autora

Elenita de Rício Tanamachi (tanamachi@uol.com.br)

Atuou como docente do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - campus de Bauru. Doutorado em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1997).